

Ata nº 1/2015

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, na sala do Senado da Reitoria da Universidade de Lisboa, pelas nove horas, reuniu o Conselho Geral da Universidade de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações.
- 2 – Alterações dos mapas de pessoal.
- 3 – Reafectação de pessoal - mobilidade.
- 4 – Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2015.
- 5 – Regulamento Disciplinar do Estudante
- 6 – Balanço do processo de construção da Universidade de Lisboa.
- 7 – Outros Assuntos.
- 8 – Cooptação dos membros externos do Conselho Geral, a realizar nos termos ao artigo 18.º n.º 5 dos Estatutos da Universidade de Lisboa, para substituição do do Dr. Henrique Granadeiro.

Presidiu à reunião a Presidente do Conselho Geral, Dr.ª Leonor Beleza. Estiveram presentes os membros que figuram na lista anexa à presente ata (Anexo 1).

Nos termos do artigo 10.º n.º 2 do Regimento do Conselho Geral, a Conselheira Professora Doutora Ana Nunes de Almeida foi designada pela Presidente para a coadjuvar na presente reunião.

Informou ainda a Presidente que, nos termos do artigo 18.º, n.º 5 dos Estatutos da Universidade de Lisboa, aquando da discussão do ponto 6 da ordem de trabalhos (Cooptação dos membros externos para substituição do Dr. Henrique Granadeiro), a reunião seria presidida pelo Professor decano do Conselho Geral, Prof. Doutor Carlos Alberto Mota Soares.

1 - Informações.

Iniciando a ordem de trabalhos, a Presidente deu a palavra ao Reitor que começou a sua intervenção, referindo que a Eng^a Isabel Vaz e o Dr. António Costa o tinham informado da sua indisponibilidade em estarem presentes na reunião por compromissos previamente assumidos.

Usou da palavra o Reitor para informar os Conselheiros sobre os desenvolvimentos em torno da questão do financiamento do ensino superior. Esclareceu que foi apresentada pelo Secretário de Estado do Ensino Superior uma proposta de modelo de financiamento para o ensino superior. Referiu que, apesar de se basear em trabalho de boa qualidade técnica, discordava do resultado final, nomeadamente da fórmula distributiva proposta. Disse que o constrangimento criado pela necessidade de proteger as instituições mais débeis, nomeadamente as do interior do país e das ilhas, tinha resultado numa proposta que não promovia a excelência no ensino superior.

Defendeu a criação de uma linha de financiamento separada para as instituições que funcionam em regiões do país menos favorecidas, e com menos capacidade de atrair alunos, mas com grande importância do ponto de vista do desenvolvimento regional. Deste modo seria possível criar um modelo de financiamento que promovesse o desempenho e a competitividade do ponto de vista internacional das nossas instituições de ensino superior, sem os constrangimentos da presente proposta.

Referiu igualmente que, na fórmula apresentada, os alunos de doutoramento não eram contabilizados para cálculo de financiamento público; os alunos de mestrado passavam a ser financiados com o mesmo fator de custo dos estudantes de licenciatura;. Trata-se portanto de uma fórmula que prejudica o financiamento das grandes e melhores universidades portuguesas. Acresce que não existe qualquer medida sobre a qualidade do corpo docente e de trabalhadores administrativos e técnicos, uma vez que desaparece o salário médio do pessoal. Disse ainda que os fatores de custo foram reduzidos de 11 para 5, com consequências nefastas do ponto de vista de algumas áreas de formação.

O Reitor continuou no uso da palavra referindo que a referida fórmula prevê que as instituições de ensino superior sejam penalizadas na dotação do orçamento de Estado relativa aos alunos dos mestrados com propinas acima dos 2 mil euros. Nestes casos, metade do valor acima desse patamar será descontado no total que a universidade vai receber por via da dotação do orçamento de Estado.

Acredita que a Universidade de Lisboa, no seu conjunto, não seja afetada significativamente com a aplicação da nova fórmula, embora na distribuição orçamental interna, caso a mesma fosse aplicada, provocasse variações muito significativas face à situação atual (nenhuma escola deixaria de ser afetada em mais ou menos 5%, prevendo-se variações da ordem dos 75% em certas escolas). Referiu igualmente que a distribuição orçamental pelas Escolas tem que ser justa e sustentável e que o assunto terá que ser discutido no Conselho Geral.

O Reitor informou ainda que a página web da Universidade em inglês já estava a funcionar.

2 – Alterações dos mapas de pessoal

Dada a palavra ao Reitor este salientou que a Lei exige que o órgão que aprova o Orçamento da Universidade aprove igualmente o respetivo mapa de pessoal. Referiu que os mapas foram elaborados com base no cumprimento do artigo 56.º da lei do OE garantindo que a massa salarial não aumenta em relação ao ano anterior.

As alterações propostas referem-se à alteração dos mapas de pessoal da FA, IGOT e Faculdade de Letras.

De acordo com o documento distribuído aos Conselheiros, e posto à votação, as alterações dos mapas de pessoal foram aprovadas por unanimidade.

3 – Reafecção de pessoal - mobilidade.

Dada a palavra ao Reitor o mesmo referiu que de acordo com as competências do Conselho Geral o mesmo é competente para aprovar as reafecções de pessoal.

De acordo com o documento distribuído aos Conselheiros, e posto à votação, as reafecções de pessoal propostas, foram aprovadas por unanimidade.

4 – Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2015

A Presidente deu a palavra ao Reitor que no seu uso fez uma breve apresentação sobre o plano de atividades proposto e distribuído, referindo, em linhas gerais, que a missão da Universidade é assegurar um ensino de grande qualidade, frequentado pelo maior número de alunos possível, realizar investigação científica ao mais elevado nível e assegurar a transmissão do conhecimento gerado na Universidade para a sociedade.

Das atividades propostas salientou a criação dos Colégios Interdisciplinares aprovados no âmbito do concurso recentemente concluído e a sua intenção de dinamizar a criação de colégios nas áreas da Química, da Física e da Matemática; a atribuição e implementação dos prémios de investigação na Universidade, explicando que este prémio tem associado um valor monetário e uma bolsa a atribuir a um bolseiro que irá trabalhar na área da investigação do premiado; a criação do prémio para a melhor tese de doutoramento em 5 áreas científicas; as atividades desenvolvidas para atração de estudantes internacionais, com especial enfoque no Brasil e restantes países de expressão portuguesa assim como o aumento da oferta, na Universidade, de ensino em língua inglesa.

Continuando a apresentação, o Reitor disse que a Universidade irá instalar em 2015 sistemas informáticos para a gestão integrada nas áreas académica, de gestão financeira e de recursos humanos. Uma parte significativa desta atividade estará concluída até ao final deste ano.

Continuou dando conta das múltiplas atividades culturais em desenvolvimento na Universidade.

Deu conta ainda do projeto de criação de uma editora da Universidade, no âmbito da qual pretende criar uma revista de caráter científico e divulgação da atividade de investigação.

Sobre este ponto da ordem de trabalhos referiu ainda o Reitor que vai ser iniciada uma obra de construção para a abertura dos serviços de saúde da universidade, e está para ser lançado um concurso público para a área de medicina no trabalho para o conjunto da Universidade. Relativamente ao campo de golf do Estádio Universitário informou que se está a estudar a possibilidade de efetuar a exploração direta, dado não ter havido interessados na sua concessão.

Relativamente à residência no Pólo da Ajuda informou que o projeto tinha sido adjudicado, seguindo-se a sua execução e posterior abertura de concurso público, sendo que a construção deveria poder ser iniciada ainda este ano.

Relativamente ao Fiscal Único foi o Conselho Geral informado que o mesmo se tinha desvinculado das suas funções junto do Ministério das Finanças, por entender ser impossível, dado o reduzido valor que lhe era pago, cumprir com as exigências a que o trabalho obrigava.

Relativamente ao edifício do Caleidoscópio situado no Jardim do Campo Grande, o Reitor informou os Conselheiros que o edifício foi cedido pela CML à Universidade por 50 anos e que o licenciamento camarário para execução de obras por parte da empresa concessionária tinha sido aprovado.

A Presidente usou da palavra agradecendo ao Reitor a descrição pormenorizada do relatório e atividades que revelava a grande ambição colocada nesta nova Universidade.

Das várias intervenções dos Conselheiros que se seguiram, foi ressalvado todo o trabalho realizado e aquele que se pretende implementar.

No uso da palavra foi salientado pelo Eng^o João Cravinho que embora o relatório denotasse avanços em várias áreas abordadas (e revelasse já a existência de um

“ambiente regulado” no seio da universidade) , para ser exequível deveria ter a indicação das metas a atingir. Teceu ainda considerações sobre a natureza research-oriented e a internacionalização da Universidade, entendendo que esta deveria ter no Plano um foco estratégico mais explícito (na captação de estudantes, na formação de redes, na realização de projetos). Considerando a comunicação interna um aspeto interessante, alertou para a necessidade de igualmente se cuidar da comunicação para o exterior. Insistiu na ideia de que a investigação deve reconhecer o papel das diferentes gerações, pelo que – sendo Portugal um país com capacidade para atrair cérebros que não estão no prime time da sua criatividade – um esforço sistemático neste campo seria muito importante. Questionou ainda o Reitor sobre os resultados da avaliação FCT no que toca os centros de investigação da ULisboa.

O Reitor usou da palavra informando o Conselho que, por unanimidade, o CRUP considerou inaceitável a avaliação feita pela FCT aos centros de investigação. Está confiante que as reclamações das unidades de investigação sejam analisadas por um novo júri de reconhecido mérito e com produção científica na área, com experiência de processos de avaliação, sem ligações a unidades nacionais e independentes, em que não participe a *European Science Foundation*.

Relativamente à comunicação com o exterior e relações externas, referiu que a Universidade tem feito um esforço significativo para que a agenda cultural esteja sempre atualizada e informou que a presença da Universidade nos media era muito satisfatória.

O Conselheiro Rui Mendes deteve-se na questão da execução do Plano de Atividades. Os objetivos são importantes e concretizáveis, mas faltam metas. A abordagem que nele se faz aos estudantes estrangeiros é pouco diversificada, na medida em que não se foca o potencial de mobilidade. Fez notar que a ULisboa tem uma posição desfavorável na WebMetrics, o que contrasta com a sua posição cimeira em todos os outros rankings. No capítulo da investigação, sugeriu que os impact factors e os citation index podiam também ser incluídos. Ao reforço da qualificação do staff deveria ser dado um maior destaque.

O Conselheiro Emílio Ribeiro referiu a necessidade de não esquecer, em matéria de internacionalização, a importância de uma área de recrutamento como a dos EUA. Em matéria de Colégios ULisboa, sugeriu a criação de um Colégio de Políticas Públicas.

O Conselheiro João Jorge usou da palavra congratulando-se pelo realismo e ambição do documento, bem como pelo trabalho apresentado pela equipa reitoral. Referiu a importância da implementação de um sistema informático de gestão académica e da sua utilidade para a obtenção de indicadores (ex.: abandono escolar), sugerindo que esse trabalho deveria contar com a participação das Associações de Estudantes. Lembrou ainda a necessidade da implementação de um sistema de garantia e qualidade, objetivo que entende dever ser atingido a curto prazo, e lembrou a importância da formação pedagógica do corpo docente. Levantou questões sobre o Edifício Câmara Pestana, as residências no campus universitário e a ação social (nomeadamente apoios indiretos aos estudantes, através do "menu estudante"). Gostaria de ter visto no Plano uma referência estratégica sobre a posição da ULisboa face à cidade de Lisboa.

Usou da palavra o Conselheiro Professor Doutor Moreira da Silva para informar os Conselheiros que alguns alunos da FA e a FMH estão a trabalhar num projeto relativo ao Estádio Universitário no sentido de fazer um levantamento do estado atual da sinalética, do pavimento, da iluminação e das instalações sanitárias, que se encontram muito degradadas, de modo a ser apresentada uma solução gráfica para a sinalética e a implementação de algumas melhorias no Estádio Universitário.

O Conselheiro Nuno Amado fez notar que, entre os objetivos estratégicos, faltaria um tema-chave nesta fase da construção da Universidade: a integração das maiores sinergias entre as diferentes escolas. Gostaria de tomar conhecimento, numa próxima reunião, sobre a visão que o Reitor tem sobre a forma de integrar e racionalizar em termos ótimos essas sinergias; e ainda obter informação sobre a evolução de alguns indicadores (ex.: a dotação orçamental comparativa das escolas nos últimos cinco anos; dados relativos à língua de origem dos alunos estrangeiros). Lamentou o estado de degradação do Estádio Universitário,

sugerindo que se o campo de golfe não for rentável se deveria passar a outra aplicação

O Conselheiro Lima Santos focou dois assuntos. Em primeiro lugar, referiu que a leitura do rácio estudantes/professor não pode deixar de provocar desconforto, na medida em que surge como um ponto crítico para a renovação do corpo docente; lembrou ainda que é urgente monitorizar a percentagem de tempo letivo dado por professores fora da carreira docente e manifestou a sua preocupação sobre a qualidade da passagem de testemunho entre um corpo docente muito envelhecido e os professores recém-contratados. Notou que, no Plano, as receitas surgem apresentadas por escolas, sendo que faltaria a referência à sua evolução no tempo, bem como importava captar as receitas que estão fora do perímetro orçamental da Universidade, dando visibilidade a um conjunto muito numeroso de atividades que não estão aqui contabilizadas (caso da FMV, do ISEG, do IST).

O Conselheiro José Pereira solicitou informação sobre as bolsas de mérito social e ainda sobre a utilização que atualmente se pensa dar ao Caleidoscópio, procurando apurar se continua prevista a alocação de uma parte do espaço para os estudantes.

O Reitor respondeu demorada e detalhadamente a todas as intervenções, tendo a Presidente reconhecido a natureza construtiva da discussão havida, bem como o esforço enorme da equipa reitoral e do Reitor ao longo do último ano.

O Reitor informou ainda o Conselho Geral sobre a necessidade eventual de serem realizadas alterações estatutárias.

Posta à votação a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2015, os mesmos foram aprovados por unanimidade

5 – Regulamento Disciplinar do Estudante

Entrando neste ponto da ordem de trabalhos o Reitor referiu que o regulamento disciplinar dos Estudantes tinha sido já discutido em Senado na sua secção dos assuntos pedagógicos, tendo recebido parecer positivo.

Posto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Dado o avançado da hora, foi solicitado pelo Doutor Emílio Ribeiro a realização de uma reunião extraordinária do Conselho Geral para discussão dos pontos 6 – Balanço do processo de construção da Universidade de Lisboa, e do ponto 8 Cooptação do membro externo do Conselho Geral.

Foi assim deliberado adiar a discussão desses pontos para a próxima reunião do Conselho Geral, agendada para o dia 2 de abril às nove horas.

Pelas treze horas foi dada por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada



Leonor Beleza

Presidente do Conselho Geral



Professora Doutora Ana Nunes de Almeida

